

BC prevê que arrocho fiscal diminuirá em 2002

Cenário montado por técnicos do banco estima que superávit primário caia a 0,03% do PIB, após acordo com FMI

Editoria de Arte

Maria Luiza Abbott

BRASÍLIA. Imposto ao país em 1998, o arrocho fiscal poderá ser aliviado a partir de 2002, quando termina o acordo do Brasil com o Fundo Monetário Internacional (FMI). Pelo menos no cenário preparado pelo Banco Central, o superávit primário — exclui gastos com juros — que chegará a 3,34% do Produto Interno Bruto (PIB) em 2001, poderá cair para 0,03% do PIB no ano seguinte. Isso, é claro, se tudo der certo.

Vamos colher o benefício do ajuste forte que fizemos depois da desvalorização, estando implícito que o processo de reformas de longo prazo, como a administrativa, tributária e da Previdência, será bem-sucedido — diz Gustavo Bussinger, consultor do Departamento Econômico do BC e chefe da equipe que preparou o cenário.

O alívio fiscal começaria no ano da eleição do sucessor do presidente Fernando Henrique Cardoso. Mas Gustavo Bussinger argumenta que isso é apenas coincidência, pois o estudo foi feito para responder aos investidores que queriam saber o que aconteceria depois que se completasse o acordo com o FMI.

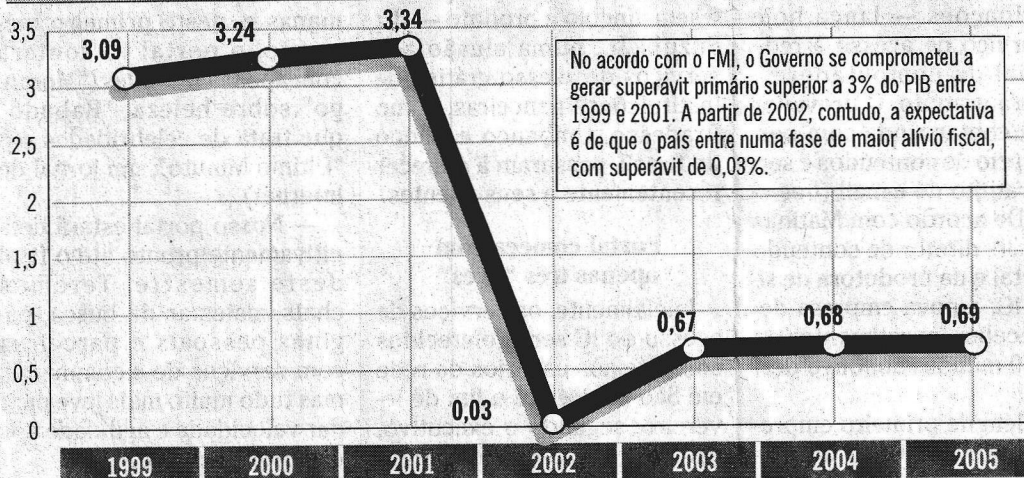
Cenário considera juros em baixa

De acordo com as contas do BC, o tamanho da dívida pública em relação ao PIB — usado como medida para avaliar a saúde financeira de um país — vai se estabilizar em 46,5% em 2001, depois de três anos de superávits primários expressivos fixados no programa de ajuste.

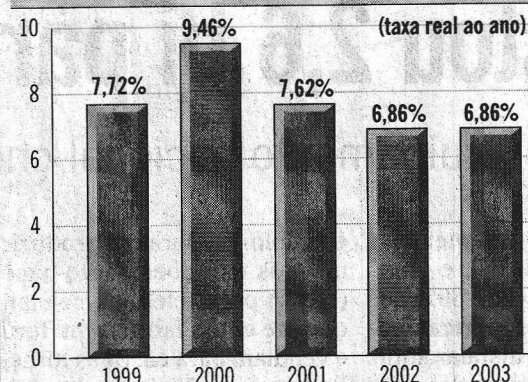
Os técnicos do Banco Central fizeram, então, as contas para determinar o tamanho do superávit primário necessário para que essa dívida permanecesse nesse patamar. Para tanto, não consideraram ganhos de privatização e incorporações de dívidas antigas, os chamados esqueletos. Usaram como parâmetros inflação de 2%, crescimento de 4% do PIB, taxa de câmbio constante e ta-

Quais são as previsões do BC para o país

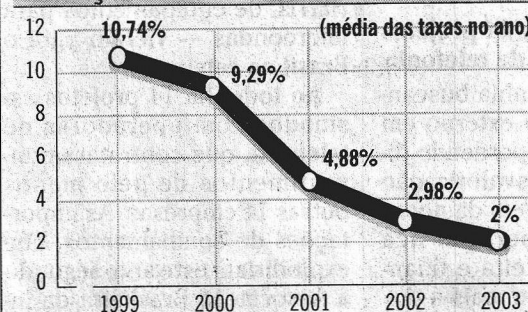
SUPERÁVIT PRIMÁRIO (% PIB)



SELIC

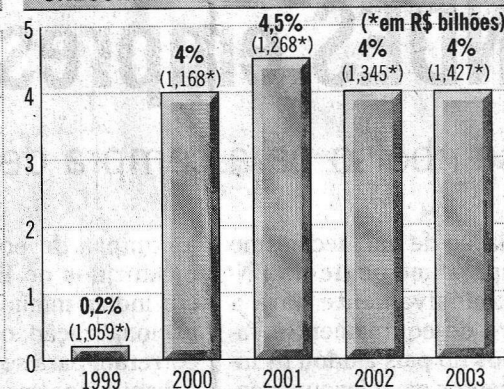


INFLAÇÃO

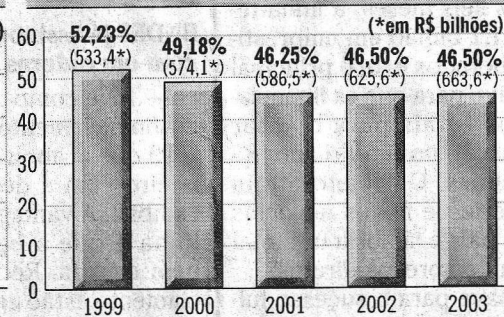


FONTE: Banco Central

CRESCIMENTO DO PIB



DÍVIDA DO SETOR PÚBLICO (% PIB)



TRADUZINDO O ECONOMÊS

INFLAÇÃO

Considera a média dos principais índices de preços ao consumidor e no atacado do país. Entre eles está o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), taxa calculada pelo IBGE que serve de referência para o sistema de metas de inflação.

SELIC

A Selic é a taxa juros que corrige os títulos públicos federais. É o piso dos juros do país e serve de referência para a remuneração das aplicações financeiras e para as taxas dos empréstimos. Atualmente, está em 19% ao ano.

PIB

É a produção total de bens e serviços de um país. Há dois anos, o Produto Interno Bruto brasileiro está estagnado, em consequências das crises externas e interna que frearam a atividade econômica. A expectativa é de que a economia volte a crescer este ano.

DÍVIDA PÚBLICA

É o valor total da dívida em títulos do Tesouro Nacional e do Banco Central que estão em poder das instituições financeiras. A dívida interna considera apenas os papéis emitidos em reais, mesmo que corrigidos pela variação do dólar.

SUPERÁVIT PRIMÁRIO

É a diferença entre a arrecadação do Governo — incluindo União, estados, municípios e estatais — e as despesas correntes. Essa conta não considera os gastos com juros e correção monetária.

xas de juros reais de 6,86% ao ano — cerca da metade das atuais. Mas aí começam as dúvidas dos economistas da área privada.

O cenário só fecha se acreditarmos que em 2002 passamos da tormenta e chegamos ao paraíso — diz o economista Raul Velloso, especialista em contas públicas.

Um superávit primário pequeno só será possível se as taxas de juros pagas pelo Governo forem baixas, pois, dessa forma, o ritmo de cresci-

mento da dívida também será baixo. Também influi a variação do câmbio, pois uma parcela da dívida é indexada ao dólar.

Para economistas, confiança de investidores ainda pesa

Porém, essas duas condições, na avaliação dos economistas, só serão viáveis quando os investidores confiarem nos chamados fundamentos da economia do país.

Se os investidores virem que o superávit primário cai

de mais de 3% para quase zero, dificilmente terão confiança no país. E, nesse caso, ou os juros terão que subir ou o câmbio será pressionado — observa Fabio Akira, da Tendências Consultoria.

No entanto, Gustavo Bussinger contesta essas dúvidas. O técnico do Banco Central argumenta que o forte ajuste fiscal do período do programa com o FMI vai permitir estabilizar o tamanho da dívida em relação ao PIB, o que já é um componente fundamental na restau-

ração da confiança dos investidores. Além disso, para Gustavo Bussinger, como as reformas serão bem-sucedidas, elas contribuirão para a percepção de que o equilíbrio fiscal tem boas perspectivas a longo prazo.

Câmbio flutuante permite ajustar as taxas de juros

O técnico do Banco Central lembra também que o câmbio flutuante permite que as taxas de juros sejam ajustadas de acordo com as necessidades

internas do país. Num regime cambial administrado, os juros sobem ou baixam para assegurar uma determinada taxa de câmbio.

Ou seja, antes da mudança de regime cambial, se havia saída de dólares, o Banco Central era obrigado a aumentar os juros para atrair recursos externos. No regime de câmbio flutuante, quando isso acontece, lembra Gustavo Bussinger, a taxa de câmbio sobe e os juros podem ficar onde estão. ■